

OLHARES SOBRE O CANGAÇO (1930-1990)

Natália Dias¹

Renata Soraya²

RESUMO: Neste presente artigo fizemos uma análise das publicações (livros, artigos, literatura e jornais) sobre o cangaço e o fenômeno do banditismo nordestino, levando em consideração o papel do cangaço e as relações de diálogos, controles e tensões levantadas por autores que se dedicaram ao estudo do tema no período de 1930 a 1980. No início do Estado Novo, enquanto, os ideais que inspiravam os reformistas eram transformar o Brasil em uma sociedade progressista, moderna e unitária, o sertão estava entregue a conchaves de chefes políticos e a cangaceiros que representavam um perigo para o projeto de nação que entrava em vigor com a condução de Getúlio Vargas no poder. Já no século XX, os autores em sua maioria da região Nordeste, mais concentrados nos estados de: Ceará, Sergipe e Pernambuco, dedicam-se a examinar as diversas políticas, utilizando fontes que perpassam por décadas demonstrando o poder e as alianças nos jogos de interesses entre o Governo e “cangaceiros”, sendo Lampião aquele que se destaca como líder do bando. É, interessante notar que a repercussão sobre o Cangaço tem sido discutida com intensidade por historiadores, romancistas e jornalistas, embora o grupo de Lampião tenha sido vencido pelas autoridades e os remanescentes tenham se fragmentado por diversas regiões do Brasil, a figura e a grandeza do homem considerado justiceiro do sertão ainda provoca muitos debates, principalmente, quando ampliamos a análise para o fenômeno do banditismo social e suas dinâmicas.

Palavras - chave: História, Banditismo social, Cangaço.

ABSTRACT: In this study analysis of publications about cangaço and the phenomenon of northeastern banditry was made, taking into account the role of cangaço and the relationships of dialogues, controls and tensions raised by authors who dedicated themselves to the study of the theme in the period from 1930 to 1980. At the beginning of the Estado Novo, while the ideals that inspired the reformists was to transform Brazil into a progressive, modern and unitary society, the hinterland was left to shells of political chiefs and cangaceiros who represented a danger to the project of a nation that came into force when Getulio Vargas was in power. In the twentieth century, the authors, mostly from the Northeast region, more concentrated in the states of: Ceará, Sergipe and Pernambuco, dedicate themselves to examining the different policies, using sources that go through decades demonstrating the power and alliances in the games of interests between the Government and “cangaceiros”, with Lamp being the leader of the gang. It is interesting to note that the repercussion on Cangaço has been discussed intensely by historians and although Lamp' s group has been defeated by the authorities and the remainder have been fragmented by different regions of Brazil, the figure and greatness of the man we expand the analysis to the phenomenon of social banditry and its dynamics.

Key - words: History, social banditry, Cangaço

¹ Licenciada em História – UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL).

² Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade – UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE DA BAHIA (UESB) e professora titular da UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL).

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende fazer uma análise sobre as publicações sobre o cangaço e o fenômeno do banditismo nordestino, levando em consideração o papel e as relações de diálogos, controles e tensões levantadas por autores que se dedicaram ao tema no período de 1930 a 1980, com o objetivo de analisar como as publicações (livros, artigos, literaturas e jornais) vem se debruçando sobre o tema e apontando possibilidades de novas abordagens e descobertas.

O cenário deste artigo é o sertão nordestino, desassistido pelo poder público e penalizado pela: fome, miséria, secas e bandidos disfarçados de “heróis”. Essa realidade vivenciada no início da República brasileira permanece inalterada ainda nos dias de hoje, pois, ainda estamos distantes de um sertão para todos que lutam por: justiça, igualdade e melhores condições de vida do homem da terra.

No ponto de vista metodológico foram analisadas as publicações de livros e artigos de diversos autores (as): Frederico Pernambucano de Mello, Gustavo Barroso, Eric Hobsbawn, Marianne Wiesebron, entre outros. Esses estudos serão abordados no decorrer do artigo com o intuito de despertar no leitor (a) o interesse a respeito do Cangaço.

A HISTORICIDADE DO CANGAÇO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO NORDESTE BRASILEIRO

Durante muito tempo o fenômeno do banditismo social nordestino foi destaque nas produções acadêmicas, principalmente, nas obras literárias de autores brasileiros e estrangeiros. A figura de Lampião e seu bando aparecem também como destaque nos jornais, folhetos de cordel e livros. Em 28 de julho de 1938, quando o principal líder dos cangaceiros e outros nove membros do bando foram mortos em Angicos, Sergipe, os jornais brasileiros e a imprensa internacional repercutiram o ocorrido em primeira mão. De acordo com Chandler (1981apud jornal *New York Times* 29/07/1938) informou a seus leitores sobre a morte de Lampião afirmando que "One-Eyed Lampião [...] One of The Most Ruthless Killers of Western World"³

Durante o período da Revolução de 1930 os ideais que inspiravam os reformistas era o de transformar o Brasil em uma sociedade progressista, moderna e unitária. O sertão entregue

³ Trad. Referência da tradução (Lampião cego de um olho[...] Um dos mais temíveis bandidos do mundo ocidental)".

a conchaves de chefes políticos e a cangaço representavam um perigo para o projeto de nação que entrava em vigor com a condução de Getúlio Vargas ao poder. No entanto, os problemas gerados logo após a instauração do governo provisório fizeram com que os revolucionários, no primeiro momento, se afastassem da situação sertaneja e só eventualmente depois de algum tempo, a campanha contra o cangaço retomaria com fôlego.

O início do Governo Vargas começa justamente com embates que demonstraram que a aliança entre os setores tenentistas e os oligárquicos, de fato, nunca foi homogênea. Os “oligarcas dissidentes”, diferentemente dos tenentistas, defendiam que os estados federalistas mais ricos, é claro, deveriam ganhar mais autonomia e poder local.

Mas, esse movimento foi um fracasso, pois, Vargas resolveu atender a demanda das oligarquias paulistas que se rebelaram contra a Constituição de 1932, promulgando uma nova Constituição em 1934 com maior autonomia para eles. Sendo a maior preocupação de Vargas combater a crise econômica gerada no Brasil em 1929.

Segundo Chandler (1981, p. 151) no meio dessas disputas políticas e o problema do cangaço “os representantes do novo governo nos estados nordestinos, demonstraram que não tinham uma solução rápida para o problema”, dessa forma “os cangaceiros percorriam os sertões, à vontade”, ocasionando frequentes combates entre os grupos e a polícia pela extensa área do sertão nordestino. Muitos homens que abandonaram o cangaço ou se retiraram para outras regiões foram anistiados pelo presidente Getúlio Vargas, segundo Wiesebron O presidente chegou até a anistiar em 1937 Antônio Silvino, considerado o grande antecessor de Lampião no comando do cangaço. Para essa autora, ele usou “... uma dose de força e outra de pragmatismo, conseguiu acabar com o banditismo rural no Nordeste”. (WIESEBRON, 1996, p. 417)

Embora o grupo de Lampião tenha sido vencido pelas autoridades e os remanescentes tenham se fragmentado por diversas regiões do Brasil, a figura e a grandeza do homem considerado justiceiro do sertão ainda provoca muitos debates, principalmente, quando ampliamos a análise para o fenômeno do banditismo social e suas dinâmicas.

Uma das referências no estudo do banditismo e o cangaço foi Gustavo Barroso. Este autor cearense possui uma extensa lista de obras sobre o Ceará e a realidade nordestina. Todavia, para Wiesebron, Gustavo Barroso raramente fornecia as fontes utilizadas nas suas obras, principalmente, relacionadas ao cangaço. Segundo a autora, as obras como *Terra de Sol (Natureza e costumes do Norte)*, obra lançada em 1912 e *Heroes e bandidos* de 1917 precisam ser analisados de forma mais crítica devido “às vezes, Barroso parece seguir elementos de

folhetos de cordel que não estão de acordo com fatos encontrados em documentos e jornais. Raramente, indica um jornal como fonte” (WIESEBRON, 1996, p. 419).

Existem obras de memorialistas, literaturas, cordéis e jornais que ganharam muito destaque, sobre as produções historiográficas a respeito do cangaço. Não, desconsiderando a produção existente a respeito do tema, a historiografia busca proporcionar um campo teórico-metodológico para a produção relevante do conhecimento histórico tentando compreender o objeto de investigação, a necessidade de uma técnica de análise e a passagem dos resultados empíricos para a elaboração de produções científicas escritas sobre o assunto.

Ao analisar o fenômeno do banditismo, Gustavo Barroso em *Almas de Lama e de Aço (Lampião e outros cangaceiros)* a partir da perspectiva cientificista do século XIX, apresenta o homem sertanejo como um bárbaro “precisando manifestar-se por injunção da própria força e não achando como, naquele meio atrasado e pobre, vai naturalmente perder-se no crime” (BARROSO, 2012, p.11). O autor se vale das teorias racialistas desenvolvidas na Europa que influenciou o Brasil também, inclusive Nina Rodrigues⁴ estudou Antônio Conselheiro⁵ e Lucas da Feira.⁶ Essas teorias, levavam em conta a evolução social e biológica do branco em comparação com a inferioridade mestiça, e o meio social onde estavam inseridos esses sujeitos. Para o autor o fenômeno do banditismo era causado devido às condições difíceis de vida numa região agreste e cheias de mazelas. Canalizar as energias do corajoso e resistente nordestino para o trabalho organizado, dando-lhes saneamento, água e terra, transportes, linhas de comunicação e educação (BARROSO, 2012, p. 14) inserindo dentro de uma dinâmica de integração nacional e incorporando o sertanejo ao projeto de nação eram as medidas que o autor apresentava para acabar de vez com os cangaceiros.

Para Hobsbawm o bandido social não pode ser considerado como um criminoso comum. O autor analisa em *Bandidos* (2012) as ações desses dois grupos para traçar algumas semelhanças, como por exemplo, “os ladrões profissionais e os pilhadores veem os camponeses como sua presa, e tem consciência de sua hostilidade [...] para um bandido social, seria impossível apossar-se da colheita dos camponeses” (HOBSBAWM, 2012, p. 36-37). Dessa forma, o banditismo assume um caráter de protesto organizado e rebelião camponesa, um

⁴ Nina Rodrigues (1862-1906) foi um médico, legista, psiquiatra, escritor, etnólogo e antropólogo brasileiro. Considerado um dos fundadores da antropologia criminal e um dos primeiros a se dedicar o estudo sobre os negros.

⁵ Antônio Conselheiro (1830-1897) foi um líder religioso brasileiro que atraiu milhares de sertanejos, escravos, recém libertos e indígenas com a proposta messiânica para liderar o Arraial de Canudos contra a República.

⁶ Lucas da Feira (1807-1849) foi um escravo que se rebelou contra o sistema escravagista na cidade de Feira de Santana.

fenômeno universal encontrado em todas as sociedades agrícolas durante a fase da organização tribal e durante a sociedade industrial moderna.

Hobsbawm recupera os principais argumentos desenvolvidos em *Primitives Rebels* para classificar algumas categorias de bandidos: como os nobres que roubavam dos mais ricos para distribuir para os mais necessitados, muito embora nem sempre esses bandidos agissem conforme o mito de *Robin Hood*. Outra categoria são os vingadores, cujo arquétipo são os cangaceiros, que segundo Hobsbawm não são considerados como agentes da justiça, mas “homens que provam que até mesmos os fracos e pobres podem ser terríveis” (HOBSBAWM, 2012, p.86). Considerados como monstros públicos travestidos de justiceiros, os membros do cangaço nem sempre eram bem-vistos pelos autores em suas obras, como podemos perceber no livro *Lampião* (1972) do sergipano Ranulfo Prata:

Há em tôrno [sic] desse assunto, que pela sua natureza requer maior densidade e aprofundamento, muita sofreguidão de ordem sensacionalista, muita exploração jornalística ou cinematográfica, embora já tenha chegado o tempo do necessário assentamento e da perspectiva histórica para os estudos de teor mais sérios sôbre [sic] a figura desse facínora, morboso e sinistramente vaidoso, que a si mesmo dava o título de “terror do sertão (PRATA, 1972, p. 05).

A crítica feita pelo autor aos cangaceiros, ressalta a falta de procedimentos e métodos teóricos próprios da ciência histórica e o uso de uma linguagem jornalística para compor uma narrativa que transformava a figura de Lampião num herói dos desassistidos no imaginário coletivo. No entanto, para alcançar a consciência pública brasileira e chamar as autoridades governamentais para a realidade do banditismo e o sertão nordestino o autor chama atenção para a violência cometida por Lampião e seu bando.

Na nota conclusiva do livro *Lampião*, o autor Paulo Dantas afirma que Ranulfo Prata tinha como objetivo ao escrever essa obra “concorrer para a imediata destruição do banditismo no Nordeste, cujo maior representante era o sinistro Lampião [...] era a destruição do temível facínora, e o fim, portanto do cangaceiríssimo” (1972, p. 233-234).

Segundo Hobsbawm o bandido vingador era frequentemente violento e cruel, muito embora para ele, a violência excessiva e a crueldade só coincidem com o banditismo social em certos pontos. A necessidade de impor respeito através do medo e da intimidação e as frequentes rixas de sangue são apresentadas como razões possíveis para desmedidos atos de violência. Vale destacar, que não apenas os membros do cangaço eram conhecidos pela barbárie e atos sanguinários.

Gustavo Barroso (1930) em *Almas de Lama e de aço* destaca a crueldade policial no Nordeste e descreve os atos de patológica violência e tortura cometida pelos oficiais. Se valendo

das fontes jornalísticas o autor descreve como a imprensa local denunciava os excessos cometidos pelas polícias sertão adentro. O jornal cearense *O Progresso* de 3 de julho de 1927 publicou “todos nós já sabemos que a polícia em vez de manter a ordem nos nossos sertões [...] usa da violência, e assim contribui de um modo assombroso para a instabilidade da ordem” (BARROSO, 2012, p. 52 *apud* O PROGRESSO,1927). Em 21 de junho de 1927 o jornal *O Ceará* publicou que “os nossos conterrâneos do sertão têm mais receio dos defensores da ordem do que dos próprios bandidos”. (BARROSO, p.2012, p.56 *apud* O CEARÁ,1927)

Júlio José Chiavenato em *Cangaço: A Força do Coronel* (1990) apresenta os principais mitos estabelecidos e reforçados nas inúmeras publicações que discorrem sobre o tema do cangaço e do banditismo social. O primeiro é a construção do mito que transforma Lampião em herói popular, o segundo é a idealização romantizada dos intelectuais que observam o fenômeno do cangaço como uma resposta do sertanejo contra um governo ou autoridade política e por último a visão dos jornalistas da época que para legitimar a atuação do Estado Novo representavam os cangaceiros como o principal inimigo a ser combatido.

Diante de tantas abordagens apresentadas na historiografia regional/estrangeira e literaturas sobre o fenômeno do cangaço e do banditismo social, durante muitos anos foi comum entre os pesquisadores do tema criar aproximações e categorizar aspectos comuns do fenômeno, que se desenvolvia nas regiões litorâneas e encontrou no sertão um ambiente natural e social que permitiu o seu desenvolvimento. Em *Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil* (2011) o historiador Frederico Pernambucano de Mello, um dos estudiosos sobre o cangaço, afirma que o banditismo no sertão, recebeu o nome de “cangaço” ou “cangaceirismo”, fenômeno esse muito mais complexo e heterogêneo, visto que. “houve cangaços dentro do cangaço” (MELLO, 2011, p. 88) conforme publicado em *Aspectos do banditismo rural nordestino* (1974), estudo que identificou as diferentes modalidades criminais reduzidas a cangaço.

Levando em consideração a categorização que Pernambucano de Mello faz sobre os diferentes cangaços: podemos identificar pelo menos três vertentes, a primeira é o *cangaço-meio de vida* considerada uma modalidade criminal com maior ocorrência, que possibilitava uma ascensão social, notoriedade, poder e ganhos patrimoniais tendo na figura de Lampião o seu maior representante; a segunda categoria é o *cangaço de vingança* embora menos frequente, é a modalidade que mais permeia o imaginário coletivo nas narrativas literárias, crônicas e pesquisas; Aqui, o fator ético é muito mais preponderante, a tarefa honrosa de se vingar ou vingar a memória de alguém norteia as tomadas de decisão desse sujeito considerado obcecado e destrutivo; a terceira e última categoria é o *cangaço-refúgio* diretamente relacionado com a

categoria anterior e que consistia num caráter mais defensivo, com significativa ausência de combate e com participação feminina.

Considerando que havia uma mobilidade nessas categorias, não era raro encontrar membros do bando que se enquadrassem em uma ou em todas essas vertentes, incluído o próprio Virgulino Ferreira da Silva, que inicialmente entra para o cangaço com os irmãos para se vingar da família dos Nogueiras e depois passa a ser um líder de um bando profissional, como destaca Mello:

[...] aceitamos que nos anos iniciais de sua longa carreira ele tenha-se dedicado ao cangaço de vingança envolvendo-se em ferrenhas disputas com os Nogueira e José Saturnino, [...] para muito cedo se acomodar, reorientando sua vida na direção do profissionalismo aventureiro, em processo de transtipicidade já comentado. (MELLO, 2011, p.143).

A historiografia brasileira sobre o cangaço, durante muito tempo, tentou estabelecer uma interpretação sobre o fenômeno dos cangaceiros atrelados a um movimento que representava uma alternativa de saída da difícil vida no agreste, através da formação de grupos armados, que se dedicavam a assaltos e demais práticas ilegais no campo e cidades, além de representarem o poder físico e simbólico dos coronéis locais. Incluindo, alguns autores: Gustavo Barroso, Frederico Pernambucano e Gilberto de Mello.

Na quinta edição de *Guerreiros do Sol*, o historiador Frederico Pernambucano de Mello (2011) convida Gilberto Kujawski para fazer o prefácio de sua obra. E, ele afirma que a proposta de Mello em revisitar o tema do cangaço é “examinar como se fez o fato”. Para tanto, Mello rompe com a perspectiva da corrente historiográfica marxista, que analisava a atuação do cangaceirismo como uma resposta através da luta armada contra as injustiças das autoridades (coronéis e demais esferas de poder do Estado), para o autor “o cangaço não foi nenhuma “resposta” a qualquer tipo localizado de dominação, e sim um fenômeno alicerçado numa sociedade toda ela varrida pela violência como forma de vida” (MELLO, 2011, p. 32).

A impetuosidade empregada nas ações dos cangaceiros na visão de Mello nada mais era do que uma cortina de fumaça utilizada para encobrir as reais intenções dos egressos na vida do crime. O autor sustenta a tese do “escudo ético” ao apresentar Lampião e tantos outros cangaceiros que utilizavam a justificativa da vingança para praticar a bandidagem. Segundo Mello, o cangaceiro “alardeava a condição de vingador e pouco ou nada fazia para concretizar sua vingança. No princípio, alguns tiroteios, cercos, emboscadas; em etapa seguinte, a acomodação chegava a ser completa (MELLO, 2011, p. 126).

Alguns cangaceiros ao concretizar seu ato de vingança em nome da honra, abandonava o grupo, pois, para eles não fazia mais sentido a permanência no bando, para outros, porém, o

cangaço oferecia uma possibilidade de mudança de vida e em alguns casos uma vida aventureira. Se para Mello, Lampião utilizava-se da desculpa do crime de honra para encobrir sua vida fora da lei no cangaceirismo, por sua vez, o autor Gustavo Barroso analisa que Lampião foi uma vítima do seu meio, louco de indignação pela morte de seus pais pela brutal polícia pernambucana, sem ter meios de apelar, encontrou no cangaço uma possibilidade de se fazer justiça contra a opressão e perseguição que os sertanejos sofriam. (BARROSO, 2012)

O autor Gustavo Barros analisa também as relações estabelecidas entre o cangaço e o coronelismo e afirma que o antagonismo entre eles, defendido por certos intérpretes do fenômeno não se sustenta, visto que existia “uma tradição de simbiose entre essas duas figuras, representadas por gestos de constante auxílio recíproco, porque assim lhes apontava a conveniência” (BARROSO, 2012, p. 65). O coronelismo e o cangaço presente nas esferas pública e no âmbito privado, especialmente no meio rural, caracterizavam-se não só pela vivência da autoridade e afetividade entre seus membros e nas relações de convergência entre senhores de terra e cangaceiros, mas. ao mesmo tempo como uma unidade política, econômica e social que centralizará todas as funções da sociedade local em torno de si.

Dessa forma, a aliança entre coronéis e cangaceiros inseria-se em vários setores da sociedade, ultrapassando os limites da área rural chegando à força policial do Estado, nas Assembleias Estaduais, nos municípios e na esfera federal. A queda de Franco Rabelo no governo cearense e os desdobramentos da Sedição do Juazeiro revelam uma dinâmica política e religiosa que envolvia figuras de destaque local como Padre Cícero, Floro Bartolomeu e até mesmo o bando dos cangaceiros liderado por Lampião. O batalhão de polícia ligado a Padre Cícero, considerado o mais poderoso coronel e ao seu mentor político Floro Bartolomeu era constituído por cangaceiros, jagunços e devotos fanáticos liderados por Pedro Silvino de Alencar que tinha aspirações cangaceiras fantasiada de legalidade, a ponto de Lampião receber a patente de capitão durante a ameaça da Coluna Prestes que avançavam sobre o sertão.

Graciliano Ramos em *Viventes das Alagoas* analisa a relação entre coronéis e cangaços como sendo “vantajosa às duas partes: ganhavam os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na caatinga, e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam, engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso” (RAMOS, 1926, p. 126 *apud* MELLO, 2011, p. 88). “Considerada como sendo uma grande politicagem nos sertões nordestinos, esse conchavo era considerando a como uma indústria muito rentável e poderosa, garantida pelo emprego da violência e protegida pela mais segura impunidade que garantia a seus agentes altas posições nos governos estaduais e na federação” (BARROSO, 2012, p. 67).

Outro aspecto bastante debatido na historiografia sobre o cangaço é o caráter messiânico do movimento. O sentimento religioso que imperava em meio a um cenário de adversidades e privilégios, consagrado pelo messianismo de Antônio Conselheiro em Canudos para alguns autores não aparece na experiência do cangaço. Hobsbawm vai na contramão desse pensamento ao apontar na sua obra *Bandits* a simbiose que existia com muita frequência entre os movimentos messiânicos o banditismo. A subordinação de Lampião ao Padre Cícero evidencia um aspecto do banditismo que é a forte relação com a religião, embora com traços de fanatismo alimentados pela dura condição de vida. Segundo Barroso, esses líderes messiânicos espalhados sertões adentro são estrategicamente necessários, pois, de acordo com o autor:

Num meio dominado pela anarquia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influência até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma. E, se fanatizam, se explora, a culpa não cabe à população sertaneja, que carece de escolas, de higiene, de água, de vias de comunicação; porém aos governos estaduais e a seu supremo mentor – o governo geral ou federal (BARROSO, 2012, p. 31-32).

O Cangaço, também classificado como banditismo social, geralmente é apresentado como um fenômeno que não apresentou caráter político-ideológico, retratando apenas as alternativas ilegais em um ambiente adverso. Parte da historiografia reconhece que crises econômicas e políticas podem levar ao banditismo ou acentuar o poder de determinados grupos em regiões rurais. A autora Marianne Wiesebron distingue dois tipos de crises, as estruturais como terremotos e fome e as de natureza irreversíveis, que perturbam ou modifica uma realidade já estabelecida na sociedade (WIESEBRON, 1996, p. 426). É importante destacar que os bandidos podem estar inseridos dentro de uma estrutura de luta por direitos ou em movimentos sociais rurais atuando como precursores ou companheiros de lutas dos trabalhadores rurais. Para muitos autores o esvaziamento do caráter político-ideológico do banditismo social acontece quando seus membros voltam a adaptar-se a uma situação política e social, pois:

O papel do bandido nas transformações sociais é, na melhor das hipóteses, bem modesto, sendo este uma pessoa ativa e não um ideólogo ou um profeta. Se tiver uma meta, pretende voltar à situação tradicional. Pode haver uma diferença entre ricos e pobres, mas a um nível suportável. O próprio banditismo não forma um movimento social [...] (WIESEBRON, 1996, p.427)

Segundo Hobsbawm, politicamente os bandidos não possuíam condições de oferecer uma alternativa real ou um projeto de vida aos camponeses, da mesma forma que a figura ambígua dos cangaceiros em relação aos coronéis e pobres que atuavam dentro de uma estrutura

social e política as margens dos poderosos e não em oposição a ela, acaba por limitar o potencial revolucionário desses bandos.

Hobsbawm afirma que uma consciência política poderia contribuir em muito para o caráter dos bandidos (2010, p. 140). Para Thompson a classe se define quando um grupo de indivíduos que possuem as mesmas experiências (na maioria das vezes herdadas) articula os seus interesses em comum contra outros sujeitos que possuem interesses diferentes dos seus. Vale ressaltar que nessa perspectiva, Thompson privilegia a ideia de que homens e mulheres através de suas experiências ligadas a fatores da dimensão social, religiosa, política e econômica passam a ter uma consciência de que fazem parte de um conjunto de trabalhadores, o que ele chamou de “fazer-se classe”.

A teoria thompsoniana se afastava do conceito de classe social utilizado por Karl Max e Engels, utilizada por Hobsbawm ao analisar o fenômeno do banditismo social, que defendiam a participação dos sujeitos, como se não existissem outras escolhas ou outros fatores além dessas duas classes. Para E. P. Thompson não era o fator econômico determinante para despertar a consciência de classe naqueles sujeitos, uma vez que, fatores relacionados com a experiência social e cultural tem relação direta com a consciência de classe, que por sua vez está ligada a uma necessidade econômica que impulsiona a luta de classe. Brunow (2009) tenta explicar essa relação da seguinte maneira:

As relações sociais colocam os trabalhadores numa condição real de exploração. Essa exploração faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos de seus exploradores. A consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais. Ou seja, a experiência é determinada pelos meios de produção, não a consciência de classe, que é o requisito para a própria classe no seu sentido maior. (BRUNOW, 2009, p. 2)

A consciência de pertencimento a um determinado grupo é colocada como requisito para o reconhecimento de si mesmo como também de outras classes. A partir dessa concepção de consciência de grupo muitas pesquisas foram realizadas com o objetivo de analisar como as representações sociais e culturais desses sujeitos vão muito além do simples ato de fazer-se como classe e passam por um sentido mais amplo de construção identitária do cangaço.

Neste aspecto, a estratégia de reconhecimento e de luta dos cangaceiros nas áreas rurais ao longo da história levando em conta a perspectiva de Thompson era de que “a experiência humana, a dinâmica das relações sociais, os modos de vida, os valores e crenças e os costumes” (MEIRA, 2014, p.201) são a chave para se entender o sentido de uma cultura política do bando. Não é raro encontrar em publicações que circulavam na primeira parte da República que

desvalorizava a figura de Lampião e de outros bandos e das suas ações, deixando de considerar a articulação entre os cangaceiros e os poderosos locais e os laços com os trabalhadores rurais.

A formação identitária e conseqüentemente a sua consciência política se dava nas experiências de trabalho, combates e nas condições de vida do cangaço que negava um modelo oficial imposto pelo Estado. Esses discursos identitários ajudaram a organizar as práticas sociais daqueles grupos assim como também ajudaram a articular a luta por melhores condições de vida.

O banditismo social não pode ser enxergado como um fenômeno que eclode esvaziado de um sentido ou um projeto político, tampouco deve ser entendido apenas como uma experiência determinada pelo meio, antes se trata de uma cultura política já vinham dando indícios de existência e fortalecimento em resposta as injustiças e lutas reivindicatórias.

O uso de uma cultura política, principalmente no trabalho do historiador, deve levar em conta uma análise interrelacional que abarque campos da própria História Social, Política e Poder, deixando de fazer assim uma história factual e que passe a perceber as relações que existe entre os indivíduos reais, analisando seus relatos de vida, de luta, de visão de mundo, de pensamento político podendo assim intervir no processo histórico.

O historiador Luiz Bernardo Pericás no seu livro *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica* (2010) amplia o debate a respeito das explicações sobre o fenômeno do banditismo e do cangaço, desconstruindo a perspectiva de Hobsbawm de enquadramento do cangaço dentro da categoria formulada pelo inglês de banditismo social. Segundo o autor:

Hobsbawm parte de um modelo excessivamente universalizante, tentando encontrar traços comuns em bandidos do meio rural bastante distantes em termos geográficos e temporais, deixando de analisar cada caso a partir de suas especificidades, e colocando-os todos num mesmo “balaio teórico” (sem qualquer comprovação documental). (PERICÁS, 2015, p. 46)

O primeiro mito que autor desconstrói a partir de uma análise crítica que faz Eric Hobsbawm é sobre a origem abastada dos principais chefes dos bandos que faziam parte do cangaço. Segundo Pericás, muitos membros do cangaço eram de origem abastadas, de famílias conhecidas, o que justificaria uma relativa aproximação desses cangaceiros com a elite política da região, deixando claro que os cangaceiros não se apresentam como uma ruptura da ordem tradicional, pelo contrário, através de alianças aspiravam se tornar iguais a ele, desempenhando um papel de poder e controle da região. (PERICÁS, 2010, p. 33 - 35).

A política e o Estado de certa forma, sempre andaram de mãos juntas com o cangaço. Paradoxalmente, a debilidade do poder propiciava o fenômeno do banditismo. Um Estado nacional instável, com poder fragmentado ou inexistente via eclodir na sua sociedade distúrbios

sociais e fenômenos como o banditismo que de epidêmico passava a ser pandêmico. As autoridades locais, são as primeiras a sofrerem com esses distúrbios, assim como são as primeiras também a formalizar com os bandidos acordos de cooperação mútua ou acordos de contato, na tentativa de manter sua autoridade local e exercer suas funções com relativa tranquilidade.

Num nível político inferior à política estadual as relações entre governo e cangaceiros tendem a se estreitar mais ainda. Um exemplo disso é a relação de aparentado que o sertanejo Coronel Liberato de Carvalho que chegou ao cargo de Comandante da Polícia Militar da Bahia tinha com uma cangaceira de nome Sila, a qual afirmava ter entregado um filho ao cunhado do Coronel (VILLELA, 1997, p. 84). Não eram raros os casos de autoridades com parentesco ou relação muito próxima com o cangaço. As polícias estaduais eram consideradas fábricas de cangaceiros, muitas vezes formadas por egressos do crime. Infelizmente não contamos com uma vasta produção historiográfica que contemple a partir de uma perspectiva da História Social as relações que existia dentro da estrutura militar e de suas camadas inferiores entre policiais e demais autoridades militares com cangaceiros.

Outro aspecto relacionado ao cangaço e que a historiografia brasileira pouco produz trabalhos científicos é o de analisar como se deu o fim do cangaço numa perspectiva que englobe a atuação centralizadora do governo varguista em plena ditadura do Estado Novo. A derrocada do cangaceirismo à luz do Estado Novo foi motivada também pela centralidade política e o ataque do governo federal aos arranjos locais; os pilares que sustentavam a relação entre o cangaço e as autoridades locais sofreram um forte abalo com as Interventorias Federais.

O Sistema de Interventorias foi um duro golpe do governo de Vargas nas elites oligárquicas dos estados que perderam o direito de eleger governadores de estado aliados das classes dominantes locais. Os políticos locais se viram obrigados a aceitar como governadores os interventores que eram nomeados e subordinados diretamente ao presidente da República e que na maioria das vezes eram militares tenentistas que desde a década de 20 lutavam contra esse modelo de governo. As elites locais temerosas em perder seus privilégios e os interventores distantes da realidade local em que eram nomeados para governar acabavam frequentemente aprofundando a crise entre os estados federalistas e a União, fato esse que geralmente acabavam com a substituição dos interventores.

A criação do sistema de interventorias deu suporte na submissão ao comando do governo central dos governantes estaduais mediante sua inserção numa complexa relação, envolvendo as interventorias, as elites locais e o governo federal. Essas medidas mais uma vez utilizadas por Vargas no momento do seu pronunciamento em novembro de 1937 à nação

deixavam claro o papel que os governadores estaduais desempenhariam junto ao governo federal que a partir daquele momento eliminava os órgãos legislativos e colocavam no lugar novas interventorias e departamentos administrativos que passaria a fiscalizar o funcionalismo. O objetivo era claro, fazer com que todas as decisões estratégicas políticas e econômica de quaisquer instâncias passasse primeiro pelos instrumentos de intervenção do Executivo.

Se estas medidas centralizadoras intervencionistas não estavam agradando as forças políticas locais, tampouco agradavam os próprios aliados do presidente Vargas que faziam parte do outro grupo que sustentavam o presidente no poder. Os “oligarcas dissidentes”, diferentemente dos tenentistas, defendiam que os estados federalistas, os mais ricos, é claro, deveriam ganhar mais autonomia e poder local. Essa proposta que só beneficiavam os representantes dos estados mais fortes (São Paulo e Minas Gerais) encontrou forte oposição dos estados do Norte-Nordeste que viu no enfraquecimento dos estados mais poderosos do eixo Centro-Sul, a oportunidade de ganhar força no jogo político e participar de forma mais expressiva na política e economia nacional.

O fortalecimento do poder central gerou um “impacto revigorante do regime forte sobre a máquina de repressão ao banditismo — e sobre a própria eliminação do maior dos cangaceiros” (MELLO, 1993, p.115). Segundo Erick Hobsbawm, a modernização “vale dizer, a combinação de desenvolvimento econômico, comunicações eficientes e administração pública priva qualquer banditismo, inclusive o social, das condições nas quais florescem” (2010, p. 38).

A ação modernizadora empregada durante o Estado Novo é apontada como uma das causas do fim do cangaço. A principal medida foi adotar uma participação maior do Estado e de sua aplicação. Destacam-se as ações voltadas para corrigir a crise do café por meio do poder central, do Conselho Nacional de Café e do Banco do Brasil com o objetivo de fortalecer o preço do produto nas praças internacionais, reduzindo a taxa de exportação aliada a uma política agressiva de vendas e de propagandas não só do café, mas também de outros produtos agrícolas como o açúcar, mate, pinho e algodão intensificando ainda mais a diversificação da produção.

A outra ação econômica durante o Estado Novo foi o fortalecimento do setor industrial em desenvolvimento no Brasil através da instalação de novas indústrias, estatais (Cia. Vale do Rio Doce), concedendo facilidades de financiamentos, de crédito a juros baixos o que resultou na ascensão da produção industrial que passou a absorver cada vez mais matérias-primas internas e a aberturas de ferrovias com o propósito de interligar as principais regiões do Brasil, integrando dessa maneira os setores rural e urbano criando um mercado nacional.

Os ataques de Antônio Silvino e Lampião às ferrovias e os trabalhadores ocorriam como uma tentativa de permanecer distantes do alcance do poder central. O projeto nacional de modernização que contavam com quilômetros de estradas de ferro, asfalto, linhas de telégrafos começaram a cortar as regiões do sertão, modificando o espaço e a organização do cangaço. Com as estradas, o deslocamento das forças repressivas se tornou mais frequentes e a comunicação dos telégrafos a informação sobre a atuação dos bandos chegavam ao conhecimento das autoridades mais rápido. A invisibilidade construída há longos anos pelos líderes do cangaço que via na região do sertão um lugar seguro para suas ações, a partir daquele momento já não existia mais.

No campo político, as medidas adotadas no Estado Novo foram a centralização do poder e de integração nacional observamos mais uma ação adotada com o objetivo de fortalecimento hegemônico do Estado que foi a reforma administrativa que ficou a cargo de uma nova instituição burocrática, o Departamento Administrativo responsável por estudo e aprovação das leis do interventor em cada estado, fiscalização de seus atos, fiscalização orçamentária e dos gastos, empréstimos e créditos.

CONCLUSÃO

A análise do cangaço e do banditismo social ao longo do século XX apresenta abordagens bastantes diversificadas, pois, o estudo de tais fenômenos é bastante complexo e abrangente, envolvendo olhares e interpretações de diversos pontos de vista, conforme a autoria e fontes pesquisadas.

Muitos autores atribuíam a origem do cangaço às condições adversas do Sertão Nordeste aliada à falta de oportunidades (numa perspectiva determinista) que pudessem garantir condições mínimas de dignidade aos seus habitantes. Outros autores acrescentam ainda o caráter heroico do cangaceiro, o qual não poderia ser comparado a um criminoso comum. Há ainda estudiosos do tema que sustentam o heroísmo do cangaceiro, enfatizando a sua condição de justiceiro, originado a partir da reação à violência sofrida pelos seus conterrâneos e parentes, como foi o caso de Lampião. Contrários a esta visão romântica e determinista, muitos autores destacam a agressividade e violência praticadas pelos cangaceiros, os quais utilizavam o pretexto da vitimização para estabelecer a “justiça”.

O que se percebe a partir da análise de tantas obras é que existia dentro do cangaço uma complexidade de aspectos relacionados à origem, classificação e objetivos que constituem uma heterogeneidade, não sendo possível caracterizar o banditismo social de forma precisa e

definitiva, pois, questões religiosas, sociais, políticas, éticas e morais apresentam-se de forma diversificadas, de acordo com a abordagem e contextos, bem como métodos de estudos e pesquisas utilizados pelos autores.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa. **Gente de Lampião** Dadá e Corisco 3. ed. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa de. **Assim morreu Lampião** 1. ed. São Paulo: Brasília Rio Editora, 1975.

BARROS, José D`Assunção. **O Campo da História: Especialidades e abordagens**. 2a Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BARROSO, Gustavo **Almas de lama e de aço**. Lampião e outros cangaceiros 1. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

BRUNOW, Vanessa de Oliveira. Thompson, **Classe Social, trabalhadores, movimentos sociais e filantropia**: Um estudo sobre o uso conceitual nas experiências dos trabalhadores no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990. ANPUH – XXV- SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

CASTRO, Felipe **Derrocada do Cangaço**. 1. ed. São Paulo Cruzeiro Editora, 1975.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião o Rei dos Cangaceiros**. 1.ed. São Paulo, 1981.

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço – a força do coronel**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense Editora, 1990.

CONRADO, Juarez. **A última semana de Lampião**. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MELLO, Frederico Pernambucano **Apagando Lampião** Vida e Morte do Rei do Cangaço 1.ed. São Paulo: Global Editora, 2018.

MELLO, Frederico Pernambucano; **Guerreiros do Sol Violência e Banditismo no Sertão do Brasil** 5. ed. São Paulo: A girafa Editora, 2013.

MELLO, Frederico Pernambuco de. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço /Frederico Pernambuco de Mello. – 3.ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Quem foi Lampião**. Recife/ Zurich: Editora Stahl, 1993.

OLIVEIRA, Aglae Lima de Lampião, **Cangaço e Nordeste** 2. ed. São Paulo: Cruzeiro Editora, 1980.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo. CANGAÇO E BANDITISMO SOCIAL BREVES CONSIDERAÇÕES. *Ruris*, volume 9, número 2, 2015.

PRATA, Ranulpho **Lampião**. 1. ed. São Paulo: Piratininga, 1936.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. **O banditismo no sertão baiano na segunda metade do século XIX**. 2008. 31 f. Artigo (Especialização em História Social e Econômica do Brasil) – Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em História Social e Econômica do Brasil da Faculdade São Bento da Bahia, Salvador, 2008.

WIESEBRON, L. Marianne. **Cangaço e política: a época de Antônio Silvino na Imprensa**. 1996. 23 f. Artigo (Especialização em História Social) –Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1996.

VILLELA, J. L. M. A Morte de Lampião e o Advento do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.9, p. 81-94, 1997.